

# ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A

Relatório do auditor independente sobre as  
demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos**

**Acionistas e aos Conselheiros da  
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A  
Curitiba – PR**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 25 de janeiro de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091  
Assinado de forma digital por  
ROGER MACIEL DE  
OLIVEIRA:90238435091  
Dados: 2024.01.31 16:08:44  
-03'00'

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**EM**

**31 DE DEZEMBRO DE 2023**

## SUMÁRIO

	FOLHA
1 BALANÇOS PATRIMONIAIS	3 e 4
2 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	5
3 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	6
4 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
5 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
6 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
7 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10 a 28

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022  
em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>NE nr.</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>209.323</b>	<b>224.833</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	166.544	185.915
Clientes	6	21.157	23.272
Outros Créditos	8	5.740	2.137
Tributos Compensáveis	9	10.216	3.097
Investimentos Temporários	10	3.922	10.295
Despesas pagas antecipadamente	11	1.744	117
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>594.827</b>	<b>623.364</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>83.192</b>	<b>80.811</b>
Tributos Federais a Restituir	13	1.301	1.301
Depósitos Judiciais	12	-	58
Tributos Diferidos	14	73.533	71.094
Adiantamento a Acionistas	7	8.358	8.358
<b>Imobilizado</b>	<b>15</b>	<b>326.291</b>	<b>345.813</b>
<b>Intangível</b>	<b>16</b>	<b>184.539</b>	<b>195.778</b>
<b>Direitos de Uso de Ativo</b>	<b>17.1</b>	<b>805</b>	<b>962</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>804.150</b>	<b>848.197</b>



**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022  
em milhares de reais

<b>PASSIVO</b>	<b>NE nr.</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>109.346</b>	<b>111.141</b>
Obrigações Sociais e Trabalhistas	18	276	263
Fornecedores	19	3.980	3.313
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	294	-
Outras Obrigações Fiscais	20	1.154	1.440
Encargos Setoriais a Pagar	23	1.919	1.404
Pequisa e Desenvolvimento	22	1.672	1.467
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	21	99.806	103.085
Passivo de Arrendamento	17.2	245	169
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>730.942</b>	<b>771.897</b>
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	21	728.889	771.102
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14	1.465	-
Passivo de Arrendamentos	17.2	588	795
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(36.138)</b>	<b>(34.841)</b>
Capital Social	26.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	26.2	2.845	7.050
Prejuízos Acumulados		(74.486)	(77.394)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>804.150</b>	<b>848.197</b>

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
em milhares de reais

	N.E	01.01.2023 a 31.12.2023	01.01.2022 a 31.12.2022
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	27	<b>139.968</b>	<b>194.052</b>
<b>( - ) Custos Operacionais</b>	28	<b>(85.938)</b>	<b>(79.184)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>54.030</b>	<b>114.868</b>
<b>OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS</b>	29	<b>(6.065)</b>	<b>(6.613)</b>
Despesas Administrativas	29	(7.334)	(6.848)
Outras Receitas	29	1.269	235
<b>LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>		<b>47.965</b>	<b>108.255</b>
<b>RESULTADOS FINANCEIRO</b>	30	<b>(43.570)</b>	<b>(113.102)</b>
Receitas financeiras	30	90.508	19.069
Despesas financeiras	30	(134.078)	(132.171)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>		<b>4.395</b>	<b>(4.847)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(1.487)</b>	<b>4.157</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	(418)	5.226
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	14	(1.069)	(1.069)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>2.908</b>	<b>(690)</b>
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS		0,05	(0,01)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**  
 dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
 em milhares de reais

	01.01.2023	01.01.2022
	a	a
	31.12.2023	31.12.2022
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.908</b>	<b>(690)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:</b>	<b>(6.373)</b>	<b>10.295</b>
Operações com Créditos de Carbono	(6.373)	10.295
<b>Tributos sobre ganhos com ativos financeiros</b>	<b>2.167</b>	<b>(3.500)</b>
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos</b>	<b>(4.206)</b>	<b>6.795</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(1.298)</b>	<b>6.104</b>

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros		Total
		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (prejuízos) Acumulados	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>(76.703)</b>	<b>(40.945)</b>
Outros Resultados Abrangentes		6.794		6.794
Prejuízo do Exercício 2022			(690)	(690)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>35.503</b>	<b>7.050</b>	<b>(77.394)</b>	<b>(34.841)</b>
Outros Resultados Abrangentes		(4.206)		(4.206)
Lucro do Exercício 2023		-	2.908	2.908
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2023</b>	<b>35.503</b>	<b>2.844</b>	<b>(74.486)</b>	<b>(36.138)</b>

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**MÉTODO INDIRETO**  
dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
em milhares de reais

	NE nr.	31.12.2023	31.12.2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>2.908</b>	<b>(690)</b>
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>			
Depreciação	15	24.252	21.206
Amortização	16	11.271	11.278
Variações monetárias não realizadas		64.266	132.128
Imposto de renda e contribuição social		418	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	1.069	(4.157)
<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais:</b>			
Clientes	6	2.115	(8.092)
Outros créditos	8	(3.602)	(2.046)
Tributos compensáveis	9	(7.119)	376
Despesas pagas antecipadamente	11	(1.627)	(2)
Depósitos judiciais	12	58	16
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	18	13	(63)
Fornecedores	19	667	(1.425)
Outras Obrigações Fiscais	20	(286)	(2.139)
Pagamento de direito de uso		(215)	(211)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	30	(109.681)	(102.527)
Pequisa e Desenvolvimento	22	206	492
Encargos Setoriais	23	515	1.105
<b>Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais</b>		<b>(14.772)</b>	<b>45.249</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisições de imobilizado	15	(4.563)	(7.364)
Adições no intangível	16	(37)	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(4.600)</b>	<b>(7.364)</b>
<b>Variação no caixa e equivalentes a caixa</b>		<b>(19.372)</b>	<b>37.885</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	185.916	148.031
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	166.544	185.916
<b>Variação no caixa e equivalentes a caixa</b>		<b>(19.372)</b>	<b>37.885</b>

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
em milhares de reais

	NE nr.	31.12.2023	31.12.2022		
<b>Receitas</b>					
Geração de energia , serviços e outras receitas	27	153.212	214.933		
<b>Total</b>		<b>153.212</b>	<b>214.933</b>		
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Compra de Energia - Revenda	28	(974)	-		
Compra de Energia - MCP / CCEE	28	-	(23.425)		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	28	(8.668)	(60)		
Encargos de uso da rede elétrica	28	(24.149)	(7.562)		
Material, insumos e serviço de terceiros	28 E 29	(18.634)	(17.949)		
Outros insumos	28 E 29	(512)	(523)		
<b>Total</b>		<b>(52.937)</b>	<b>(49.519)</b>		
<b>(=) Valor adicionado bruto</b>		<b>100.275</b>	<b>165.414</b>		
<b>(-) Depreciação e amortização</b>					
		<b>(33.863)</b>	<b>(30.474)</b>		
<b>(=) Valor adicionado líquido</b>		<b>66.411</b>	<b>134.940</b>		
<b>(+) Valor adicionado transferido</b>					
Receitas financeiras	30	90.509	19.068		
Outras Receitas	29	1.269	235		
<b>Total</b>		<b>91.778</b>	<b>19.303</b>		
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>158.189</b>	<b>154.243</b>		
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
	NE nr.	31.12.2023	%	31.12.2022	%
<b>Pessoal</b>					
Remuneração e honorários		(4.036)		(3.474)	
Planos previdenciarios e assistencial		(196)		(252)	
Benefícios		(377)		(380)	
Encargos sociais - FGTS		(578)		(883)	
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>(5.187)</b>	<b>(3,3)</b>	<b>(4.989)</b>	<b>(3,2)</b>
<b>Governo</b>					
Federal	9 e 27	(15.877)		(17.632)	
Estadual	29	(1)		(6)	
Municipal	29	(24)		(26)	
<b>Total</b>		<b>(15.901)</b>	<b>(10,1)</b>	<b>(17.664)</b>	<b>(11,5)</b>
<b>Terceiros</b>					
Juros e variações monetárias	30	(134.078)		(132.169)	
Arrendamentos e aluguéis	29	(115)		(111)	
<b>Total</b>		<b>(134.193)</b>	<b>(84,8)</b>	<b>(132.280)</b>	<b>(85,8)</b>
<b>Acionistas</b>					
Lucro (Prejuízo) do exercício		(2.908)		690	
<b>Total</b>		<b>(2.908)</b>	<b>(1,8)</b>	<b>690</b>	<b>0,4</b>
		<b>(158.189)</b>	<b>(100,0)</b>	<b>(154.243)</b>	<b>(100,0)</b>

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2023  
em milhares de reais

### 1. Contexto Operacional

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021, Curitiba – PR, sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a qual detém 70% (setenta por cento) do seu capital social. A sociedade foi constituída para implantação e exploração do CEFSC – Complexo Energético Fundão Santa Clara, localizado no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguazu, abrangendo os municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas centrais geradoras hidrelétricas Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / CGH	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW) médios	Revisão da Garantia Física (MW) médios
UHE - Santa Clara	120,168	69,6	66,0
UHE – Fundão	120,168	65,8	62,1
CGH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,9	4,9
	<b>246,411</b>	<b>140,3</b>	<b>133,0</b>

Em 30 de novembro de 2022, o Ministério de Minas de Energia publicou a Portaria nº 709/GM/MME, revisando a GF das UHEs despachadas centralizadamente no SIN, caso da Elejor. Assim, desde 1º de janeiro de 2023 a GF das UHEs Santa Clara e Fundão somam 128,1 MW médios.

Em 2023, a Companhia requereu a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a transformação das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) Santa Clara I e Fundão I em CGHs (Centrais Geradoras Hidrelétricas), o pedido embasou-se na Lei nº 13.360/16 que modificou a Lei nº 9.427/96, alterando de 1.000 kW para 5.000 kW o limite máximo de potência instalada para os empreendimentos hidrelétricos dispensados de concessão, permissão ou autorização.

Em 20 de junho de 2023, a ANEEL publicou as Resoluções Autorizativas nº 14.744 e 144.745, atendendo ao pleito da Companhia no qual revogou as autorizações para exploração da PCH Fundão e PCH Santa Clara. Como resultado, os ativos renomeados CGH Fundão I e CGH Santa Clara I estão dispensados da reversão ao término do contrato de concessão e também do pagamento da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE.

### 2. Concessão

A exploração dos aproveitamentos hidrelétricos é regulada pelo contrato de concessão nº 125/2001, firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 25 de outubro de 2001, com prazo previsto de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

O prazo inicial de vigência do contrato de concessão sofreu dois aditamentos durante sua execução, como reparação dos impactos financeiros sofridos pelas geradoras de energia hidrelétrica denominado GSF (ou *Generation Scaling Factor*, na sigla em inglês), sendo que os novos prazos decorrem de legislação federal, com documentos de adesão firmados pela Companhia, junto ao agente regulador, estendendo os prazos conforme segue:

Inicialmente, com a edição da Lei Federal nº 13.203/2015, a Companhia optou pela repactuação do risco hidrológico, manifestado no despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e

primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017, o qual estendeu o prazo final da concessão que era 25 de outubro de 2036, para 28 de maio de 2037.

Ato seguinte, com a promulgação da Lei Federal nº 14.052/2020, a Companhia aderiu novamente a repactuação do risco hidrológico, manifestado no Protocolo Digital Aneel nº 153 e 154, ambos de 30 de setembro de 2021, o qual estendeu em 1078 dias o prazo concessão da UHE Santa Clara, assim esta concessão encontra-se vigente até 10 de maio de 2040, enquanto estendeu em 1110 dias o prazo concessão da UHE Fundação estendendo o prazo de concessão até 10 de junho de 2040.

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos a Companhia realiza pagamentos de parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual proposto de R\$ 19.000.000 (dezenove milhões de reais). Estes pagamentos são realizados a título de UBP (Uso do Bem Público), tendo como data base maio de 2001, mês que antecedeu o leilão do CEFSC, e desde então os pagamentos são corrigidos monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

### **3. Base de Preparação**

#### **3.1 Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações foi autorizada pela Administração em 25 de janeiro de 2024.

#### **3.2 Base de Mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

#### **3.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **3.4 Uso de Estimativas e Julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.



### 3.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não existem incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Também, não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

## 4. Principais Políticas Contábeis

### 4.1 Instrumentos Financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

#### A. Custo Amortizado (CA)

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

#### B. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

#### C. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:

<b>Ativo</b>	<b><u>Categoria Original (IAS 39)</u></b>	<b><u>Nova Categoria (IFRS 9)</u></b>
Caixa e		Custo
Equivalentes de Caixa	Recebíveis	Amortizado
Créditos a		Custo
Receber	Recebíveis	Amortizado
<b><u>Passivo</u></b>	<b><u>Categoria Original (IAS 39)</u></b>	<b><u>Nova Categoria (IFRS 9)</u></b>
Fornecedores	Outros	Custo
	Passivos	Amortizado
Outras	Outros	Custo
contas a Pagar	Passivos	Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

## **Ativos Financeiros**

### **4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

## **Passivos Financeiros e Instrumentos de Patrimônio**

### **4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

### **4.1.3 - Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### **4.1.4 - Baixas de passivos financeiros**

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## **4.2 Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de obtenção ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

## **4.3 Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

### **4.3.1 - Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor

recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

#### 4.3.2 - Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

### 4.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do

empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

#### 4.5 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47/IFRS 15, estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

#### 4.6 Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

#### 4.7 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

### 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Saldos em	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos contas movimento		33	19
Aplicações financeiras de curto prazo		166.511	185.896
		<b>166.544</b>	<b>185.915</b>

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, os quais são realizados com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como características: alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração referenciada pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI, em conformidade com sua Política de Aplicações Financeiras vigente.

## 6. Clientes

Clientes	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31/12/2023	Saldo 31/12/2022
Suprimento - Copel Com.	1.038	-	-	1.038	-
Suprimento - Livres	9.336	-	-	9.336	14.462
CCEE	10.783	-	-	10.783	8.810
	<b>21.157</b>	-	-	<b>21.157</b>	<b>23.272</b>

As vendas da Companhia possuem duas estratégias: A primeira de suprimento, através da formalização de CCVEE (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica) no ACL (Ambiente de Contratação Livre), esses acordos foram integralmente adimplentes no transcurso do exercício. A segunda, por intermédio da liquidação de energia descontratada no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia), sendo que, caso o montante da energia descontratada seja insuficiente para cobertura do fator GSF, a entidade realiza compra de energia na câmara para cumprimento dos seus contratos.

A administração não provisiona PECLD (Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa), para eventos referentes aos CCVEE e liquidação no âmbito da CCEE por entender que seus créditos estão protegidos em razão de regras regulatórias e contratuais, que impõem penalidades aos possíveis inadimplentes, além da constituição de garantias financeiras, mitigando o risco de crédito.

## 7. Partes Relacionadas

	31/12/2023	31/12/2022
<b><u>Ativo circulante</u></b>		
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
Copel Comercialização S.A.	1.038	
<b><u>Ativo não circulante</u></b>		
<b>Controlador</b>		
COPEL Companhia Paranaense de Energia	5.851	5.851
<b>Acionista</b>		
Paineira Participações Ltda	2.508	2.508
<b><u>Passivo circulante</u></b>		
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
Copel Distribuição S.A.	2.251	2.116
Copel Geração e Transmissão S.A.	157	1.131
<b><u>Resultado</u></b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
<b>Encargos de Transmissão e Conexão</b>		
Copel Distribuição S.A.	(26.100)	(23.425)
<b>Serviços de Operação e Manutenção</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(520)	(11.636)
<b>Serviços de Planejamento Energético</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(1.028)	(965)



A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, operação e manutenção, planejamento energético, telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

## 8. Outros Créditos

	Saldos em	31/12/2023	31/12/2022
Ordens de serviço - P & D		5.473	1.933
Almoxarifado de manutenção e operação		264	195
Adiantamento a fornecedores		3	2
Devoluções de compras		-	6
		<b>5.740</b>	<b>2.137</b>

Ordens de serviço – P & D, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

## 9. Tributos Compensáveis

Descrição	Saldos em	31/12/2023	31/12/2022
<b>Tributos Compensáveis</b>			
Imposto de Renda Pago por Estimativa		1.151	-
Contribuição Social Pago por Estimativa		1.820	-
Imposto de Renda retido na fonte		7.245	3.097
<b>Ativos compensáveis</b>		<b>10.216</b>	<b>3.097</b>
<b>Imposto de Renda e CSLL a pagar</b>			
Imposto de Renda		210	-
Contribuição Social		84	-
<b>Passivos a liquidar</b>		<b>294</b>	<b>-</b>
<b>Ativos líquidos a compensar</b>		<b>9.922</b>	<b>3.097</b>

Os ativos líquidos a compensar serão objeto de PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação), podendo ser restituídos através de crédito em conta corrente da empresa e/ou compensados com tributos federais devidos futuramente.

## 10. Investimentos Temporários

Data	Descrição	Quantidade	Valores R\$ Mil
31/12/2022 ( + )	Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	657.810	10.295
31/12/2023 ( - )	Vendas de Certificados RCEs Jan a Set 2023	(79.359)	
	( = ) Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	578.451	
	Marcação a Mercado do RCE - Dólar - US\$ 1,40		
	Cotação – Dólar R\$ 4,8413		
	Custo Unitário R\$ 6,78		
	<b>Saldo Final Ajustado - AVJ</b>		<b>3.922</b>

Em 2023, a Companhia negociou 79.359 toneladas (t) Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), emitidas pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), referentes a 4ª medição do Projeto nº 1279 nomeado Fundão Santa Clara *Energetic Complex Project* (FSCECP).

## 11. Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	Saldos em	31/12/2023	31/12/2022
Seguro das usinas		1.743	116
Seguro sede administrativa		1	1
		<b>1.744</b>	<b>117</b>

As despesas antecipadas registram os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá em exercícios subsequentes. Sendo que, a Companhia possui Apólice de Seguro de Riscos Operacionais junto a SOMPO SEGUROS com vigência até 07 de setembro de 2024, a qual prevê como Limite Máximo de Garantia R\$ 364.032 mil.

## 12. Depósitos Judiciais

Descrição	Saldo em	Valores em R\$ mil
	31/12/2022	<b>58</b>
Atualização monetária		-
( - ) Ressarcimentos		(58)
	31/12/2023	-

Em 2023 foram ressarcidos aos cofres da Companhia os depósitos judiciais que restavam ajuizados, ao término do último exercício social.

## 13. Tributos Federais a Restituir

Descrição	Saldo em	Valores em R\$ mil
	31/12/2022	<b>1.301</b>
Constituição	-	-
	31/12/2023	<b>1.301</b>

A Companhia impetrou o Auto nº 5078666-63.2019.4.04.7000, referente a Ação de Repetição de Indébito de valor pago a maior, na qual pleiteou a devolução de valores pagos a Receita Federal do Brasil a título de CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a ação encontra-se em cumprimento de sentença com decisão favorável a empresa.

## 14. Tributos Diferidos

Mutação do Diferido	31/12/2022	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31/12/2023
<b>( + ) Ativo não circulante</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	56.024	(124)	-	55.900
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	18.702	(1.069)	-	17.633
	<b>74.726</b>	<b>(1.069)</b>	-	<b>73.533</b>
<b>( - ) Passivo não circulante</b>				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros -				
Créditos de Carbono	3.632	-	(2.167)	1.465
	<b>3.632</b>	-	<b>(2.167)</b>	<b>1.465</b>
<b>( = ) Líquido apresentado no Balanço</b>	<b>71.094</b>	<b>(1.069)</b>	<b>(2.167)</b>	<b>72.068</b>

### Realização IR Diferido

31/12/2023	Ativo	Passivo
2024	56.969	(1.465)
2025	1.069	-
2026	1.069	-
2027	1.069	-
2028	1.069	-
2029	1.069	-
2030 a 2032	3.207	-
2033 a 2035	3.207	-
2036 a 2038	3.207	-
2039 a 2040	1.598	-
	73.533	(1.465)

### 15. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, a Companhia encontra-se sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão, dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de unitização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Mutação	31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Transfer.	31/12/2023
<b>Em serviço</b>						
Reservatórios, barragens, adutoras	193.871	-	(13.103)	-	-	180.768
Máquinas e equipamentos	102.116	411	(7.279)	(702)	1.084	95.630
Edificações	33.165	-	(2.521)	-	58	30.702
Terrenos*	14.523	2.625	(1.136)	(162)	-	15.850
Móveis e utensílios	123	10	(17)	(1)	2	117
	<b>343.798</b>	<b>3.046</b>	<b>(24.056)</b>	<b>(865)</b>	<b>1.144</b>	<b>323.067</b>
<b>Em curso</b>						
Custo	2.015	1.517	-	-	(308)	3.224
	<b>2.015</b>	<b>1.517</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(308)</b>	<b>3.224</b>
<b>Total</b>	<b>345.813</b>	<b>4.563</b>	<b>(24.056)</b>	<b>(865)</b>	<b>836</b>	<b>326.291</b>

( \* ) A Companhia realiza a depreciação da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, bem como ao contrato de concessão nº 125/2001, o qual prevê que ao término do instrumento, todos os bens e instalações vinculados aos Aproveitamentos Hidrelétricos passarão a integrar o



patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da ANEEL.

## 16. Intangível

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, foi a seguinte:

	Contrato de Concessão		Outros		Total
	em serviço	em curso	em serviço	em curso	
<b>31/12/2022</b>	<b>192.882</b>	-	<b>2.896</b>	-	<b>195.778</b>
Aquisições	-	-	36	-	36
Amortização UBP	(10.269)	-	-	-	(10.269)
Amortização GSF	(836)	-	-	-	(836)
Amortização - Outros	-	-	(170)	-	(170)
<b>31/12/2023</b>	<b>181.777</b>	-	<b>2.762</b>	-	<b>184.539</b>

### Repactuação do risco hidrológico GSF (*Generation Scaling Factor*)

A Lei nº 14.052/2020, estabeleceu o direito ao ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017, através da extensão dos contratos de concessão.

Em 15 de março de 2022, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.345, os prazos de exploração das usinas foram estendidos até 10 de maio de 2040 para UHE Santa Clara e 10 de junho de 2040 no caso da UHE Fundão.

## 17. Direito de Uso e Passivo de Arrendamento

A Companhia reconheceu Ativo de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento, conforme CPC 06 (R2), referente a locação de sua sede administrativa, conforme segue:

### 17.1 Direito de Uso de Ativo

	31/12/2022	Adições	Amortização	Baixas	31/12/2023
<b><u>Em serviço</u></b>					
Imóveis	962	39	(196)	-	805
	<b>962</b>	<b>39</b>	<b>(196)</b>	-	<b>805</b>

### 17.2 Passivo de Arrendamento

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
<b>31/12/2022</b>	<b>169</b>	<b>795</b>	<b>964</b>
Pagamentos	(215)	-	(215)
Transferências	215	(215)	-
Ajuste a valor presente	76	8	84
<b>31/12/2023</b>	<b>245</b>	<b>588</b>	<b>833</b>

### Realização do Passivo de Arrendamento

2024	245
2025	245
2026	245
2027	225
<b>Valores não descontados</b>	<b>960</b>
Juros embutidos	(127)
<b>Saldo do passivo de arrendamento</b>	<b>833</b>

O imóvel que abriga a sede administrativa da Companhia encontra-se na Rua José de Alencar, 2021 e 2005, Curitiba – PR, CEP 80.040-040, sendo regulado pelo contrato de nº 022/2022, com vigência prevista de 60 (sessenta) meses.

### 18. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	Saldos em	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar		4	6
Tributos retidos na fonte		93	110
Provisão de férias e 13º salário		179	147
		<b>276</b>	<b>263</b>

As obrigações sociais e trabalhistas contemplam os salários, honorários, bolsas auxílio, benefícios e encargos sociais pagos aos funcionários, diretores e conselheiros estatutários e estagiários da Companhia.

### 19. Fornecedores

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Saldo 31/12/2023	Saldo 31/12/2022
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	2.251	-	-	-	-	2.251	2.116
Materiais e Serviços - Copel GET	157	-	-	-	-	157	1.131
Materiais e Serviços	1.572	-	-	-	-	1.572	66
	<b>3.980</b>	-	-	-	-	<b>3.980</b>	<b>3.313</b>

Os fornecedores são registrados no passivo pelo valor nominal dos títulos a pagar acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

### 20. Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	31/12/2023	31/12/2022
PIS e Cofins		740	992
Tributos retidos na fonte		170	194
Previdência Social INSS		228	238
FGTS		16	16
		<b>1.154</b>	<b>1.440</b>

A Companhia apura as contribuições sociais devidas ao PIS e a Cofins na modalidade não cumulativa para receitas decorrentes de CCVEE firmados no ACL. Enquanto, para as receitas decorrentes da liquidação de energia no âmbito da CCEE aplica-se o regime cumulativo.

## 21. Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

### Pagamento à União:

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos do CEFSC a Companhia realiza pagamentos a título de UBP (Uso do Bem Público) em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual proposto de R\$ 19.000.000 (dezenove milhões de reais), conforme estabelecido na Cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01 firmado em 25 de outubro de 2001. O pagamento do UBP é reajustado anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

Conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.345/2022, os prazos de exploração das usinas da foram estendidos até 10 de maio de 2040 para UHE Santa Clara e 10 de junho de 2040 no caso da UHE Fundão, período pelo qual serão mantidos os pagamentos do UBP.

### Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente do UBP equivale a 0,8735% a.m., taxa arbitrada desde o reconhecimento da concessão durante a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção anual
UHE Santa Clara	23/10/2001	25/10/2001	10/05/2040	11,00% a.a.	IGPM
UHE Fundão	23/10/2001	25/10/2001	10/06/2040	11,00% a.a.	IGPM

Mutação	
	<b>31/12/2022</b>
	<b>874.187</b>
Ajuste a valor presente	(45.492)
Variação monetária	(109.681)
Pagamentos	109.681
	<b>31/12/2023</b>
	<b>828.695</b>

### Realização do Contrato de Concessão

Ano	Valor nominal	Valor presente
2024	105.562	99.806
2025	105.562	89.915
2026	105.562	81.004
2027	105.562	72.977
2028	105.562	65.745
2029	105.562	59.230
2030	105.562	53.360
Após 2030	1.011.641	306.658
<b>Totais</b>	<b>1.750.575</b>	<b>828.695</b>

## 22. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de geração e empresas autorizadas   produção independente de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08. Esse percentual encontra-se distribuído da seguinte maneira 40% FNDCT, 20% MME e 40% P&D.

Em 2021, o Despacho ANEEL nº 904, determinou o recolhimento à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), do percentual fixo de 30% tendo como base de cálculo os valores devidos a título de P&D, durante o período compreendido entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025.

Mutação	Circulante				Total
	FNDCT	MME	CDE	P&D	
<b>31/12/2022</b>	<b>109</b>	<b>55</b>	<b>-</b>	<b>1.303</b>	<b>1.467</b>
Constituições	521	260	71	365	1.217
Conclusões	-	-	-	(204)	(204)
Juros Selic	-	-	-	56	56
Recolhimentos	(545)	(273)	(46)	-	(864)
<b>31/12/2023</b>	<b>85</b>	<b>42</b>	<b>25</b>	<b>1.520</b>	<b>1.672</b>

### 23. Encargos Setoriais a Pagar

Encargo Setorial	Saldos em	31/12/2023	31/12/2022
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos		1.919	1.404
		<b>1.919</b>	<b>1.404</b>

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 para compensar estados e municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas pela inundação de áreas durante a formação dos reservatórios que atendem as usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

### 24. Benefício Pós Emprego

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

#### 24.1 Plano de Benefício Previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

#### 24.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê coparticipação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumidos:

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
<b>31/12/2022</b>	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	195	-	195
Amortizações	(195)	-	(195)
<b>31/12/2023</b>	-	-	-

Conforme Relatório Atuarial elaborado pela consultoria contratada, não existem valores a reconhecer nos balanços da Companhia.

## 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 25 que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo que as provisões são reconhecidas no Balanço Patrimonial quando é provável a saída de recursos decorrentes de eventos passados.

A Companhia questionou os escritórios responsáveis pelas ações da entidade quanto ao andamento dos processos com anotação do risco de futura saída de recursos. Ato contínuo, o departamento jurídico da Companhia analisou as respostas das firmas terceirizadas e consolidou-as num relatório onde constam todos os processos, tanto polo ativo quanto passivo, e, em nenhum dos processos foi anotado “risco provável”, motivo pelo qual a administração não reconheceu provisões nestas demonstrações financeiras.

A seguir apresenta-se de forma resumida os processos de litígios registrados no relatório jurídico classificados como “risco possível”, e adicionalmente os valores de passivos contingentes, porém sem provisões reconhecidas conforme as principais políticas contábeis estabelecidas no capítulo (4) item (4.4) destas notas explicativas.

Autos	Vara	Comarca	Tipo	Valor da Causa R\$ Mil	Fase	Passivo Contingente R\$ Mil	
						31/12/2023	31/12/2022
<b>1. Cíveis</b>						<b>8.535</b>	<b>8.910</b>
<b>1.1. Desapropriações e patrimoniais</b>						<b>8.535</b>	<b>8.910</b>
0000207-28.2004.8.16.0134	1ª Vara Cível	Guarapuava	Ação de Desapropriação	502	Cumprimento de sentença	2.212	2.212
0000555-12.2005.8.16.0134	1ª Vara Cível	Pinhão	Ação de Desapropriação	43	Aguardando sentença	95	55
0003950-98.2003.8.16.0031	2ª Vara Cível	Guarapuava	Ação de Desapropriação	810	Recursal	6.228	6.228
<b>2. Regulatórias</b>						<b>36.107</b>	<b>38.250</b>
1018438-81.2017.4.01.3400	TRF 1	Brasília - DF	Regulatória	316.408	Recursal	27.032	29.175
1020718-88.2018.4.01.3400	TRF 1	Brasília - DF	Regulatória	90.754	Recursal	9.075	9.075
						<b>44.642</b>	<b>47.160</b>

A Companhia ingressou com a Ação Cível Regulatória nº 1018438-81.2017.4.01.3400 na qual pleiteia a nulidade da Portaria MME nº 178/2017, que reduziu em 2,6 MW médios sua energia assegurada, tendo decisão proferida de maneira liminar pelo TRF1 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região que garantiu a manutenção da liquidação integral da GF (140,3 MW médios) no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia).

Caso a decisão judicial seja revertida a entidade sofrerá reflexos retroativos das liquidações financeiras no período 01/2018 a 12/2022, com possível devolução dos recebimentos decorrentes da liminar atualizados de acordo com a variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, o que importaria num desembolso estimado de R\$ 27.032 mil.

Ressalte-se que com a publicação pelo Ministério de Minas de Energia da Portaria nº 709/GM/MM de 30 de novembro de 2022, a partir de 1º de janeiro de 2023, passam a vigorar novos montantes de GF para as UHEs do CEFSC.

## 26 Patrimônio Líquido

### 26.1 Capital Social

O capital social é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 77ª AGE de 20/09/2021, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	<b>100%</b>	<b>60.300.000</b>	<b>100%</b>

### 26.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

	Saldos	31/12/2023	31/12/2022
RCE-Reduções Certificadas de Emissão		4.309	10.682
(-) Cont. Social Lucro Liq. – Diferida		(388)	(961)
(-) Imposto de Renda – Diferido		(1.076)	(2.671)
		<b>2.845</b>	<b>7.050</b>

A Companhia possui Reduções Certificadas de Emissões (RCE) que são títulos financeiros mantidos para venda, os quais foram emitidos pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) das Nações Unidas, em decorrência do Projeto nº 1279 nomeado Fundação Santa Clara Energetic Complex Project (FSCECP), a variação positiva ou negativa dos títulos não negociados no encerramento do balanço são “marcados a mercado” na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, bem como os reflexos da incidência do IRPJ e CSLL.

## 27 Receita Operacional Líquida

Descrição	01/01/2023	01/01/2022
	a	a
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Geração</b>	<b>113.353</b>	<b>199.639</b>
Venda de Energia UHEs - Convencional	97.428	187.536
Venda de Energia UHEs Conv-COPEL COM	11.683	-
Venda de Energia CGHs - Incentivada	4.242	12.103
<b>Comercialização</b>	<b>39.859</b>	<b>15.294</b>
Energia contabilizada na CCEE	39.859	15.294
<b>Receita Bruta</b>	<b>153.212</b>	<b>214.933</b>
Contribuição para PIS	(2.129)	(3.393)
Contribuição para Cofins	(9.811)	(15.631)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.304)	(1.857)
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(13.244)</b>	<b>(20.881)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>139.968</b>	<b>194.052</b>

## 28 Custos Operacionais

Descrição	01/01/2023	01/01/2022
	a	a
	31/12/2023	31/12/2022
Energia Comprada para Revenda	(974)	-
Compra de Energia - MCP / CCEE	-	(60)
Compens. Financ. Utiliz. Recursos Hídricos	(8.668)	(7.562)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL	(916)	(840)
Encargos Uso Rede de Distribuição	(24.149)	(23.425)
Materiais	(196)	(528)
Serviços de Terceiros	(15.134)	(15.818)
Depreciação	(22.371)	(18.945)
Amortização	(11.271)	(11.278)
Seguros	(2.119)	(584)
Outros custos	(140)	(144)
	<b>(85.938)</b>	<b>(79.184)</b>

## 29 Outras (Despesas) Receitas Operacionais

Descrição	01/01/2023	01/01/2022
	a	a
	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(3.069)	(2.863)
Administradores	(2.118)	(2.127)
Material	(52)	(102)
Serviços de Terceiros	(1.132)	(914)
Depreciação	(220)	(250)
Arrendamento e Aluguéis	(115)	(111)
Seguros	(2)	(2)
Tributos	(254)	(99)
Tarifas Bancárias	(15)	(39)
Associações Empresariais	(162)	(166)
Viagens e Hospedagens	(149)	(126)
Outras despesas	(46)	(49)
<b>Despesas</b>	<b>(7.334)</b>	<b>(6.848)</b>
Outras Receitas	1.269	235
<b>Receitas</b>	<b>1.269</b>	<b>235</b>
	<b>(6.065)</b>	<b>(6.613)</b>

## 30 Resultado Financeiro

Descrição	01/01/2023	01/01/2022
	a	a
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendas de aplicações disponíveis p/venda	21.201	18.482
Juros e correções de tributos	-	441
CCEE Encargos de liquidação	240	100
Encargos da concessão – UBP - AVP	69.059	-
Outras receitas	8	46
<b>Subtotal</b>	<b>90.508</b>	<b>19.069</b>



### **Despesas financeiras**

Encargos da concessão - UBP - Correção IGPM	(109.681)	(102.527)
Encargos da concessão - UBP - AVP	(23.567)	(29.588)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(3)	(1)
Juros e correções - P & D	(56)	(6)
AVP de Arrendamento - Edificações	(65)	(14)
CCEE Encargos de liquidação	(686)	-
Outras despesas financeiras	(20)	(35)
<b>Subtotal</b>	<b>(134.078)</b>	<b>(132.171)</b>

<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(43.570)</b>	<b>(113.102)</b>
-------------------------------------	-----------------	------------------

Os Encargos de Concessão representam os desembolsos realizados com UBP, referenciados na NE nº 21, além da atualização monetária sobre o saldo da dívida de concessão em conformidade com a variação do IGPM (Índice Geral de Preços Médios), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ajustado a valor presente.

### **31 Cobertura de Seguros**

As apólices de seguro da Companhia foram contratadas levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos, conforme entendimento da administração. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

<b>Seguradora</b>	<b>Vigência</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Bens Segurados</b>	<b>Prêmio R\$ Mil</b>	<b>Importância Segurada R\$ Mil</b>
SOMPO SEGUROS	07.09.2023 a 07.09.2024	Multirisco	Unidades Geradoras Santa Clara e Fundão	2.550	364.032
PORTO SEGURO	19.05.2023 a 19.05.2024	Risco Nomeado	Sede Administrativa (Escritório Central)	1	1.747
<b>Total</b>				<b>2.551</b>	<b>365.779</b>

A Companhia também mantém contrato na modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 93.0078284, com a METLIFE.

### **32. Governança Corporativa**

O modelo de governança corporativa adotado pela Companhia é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da empresa.

A Elejor é comprometida com o desenvolvimento sustentável, através do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais "stakeholders".



### 33. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são os seguintes:

	NE	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>					
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>					
Caixa e bancos contas movimento	5	33	33	19	19
Aplicações financeiras	5	166.511	166.511	185.896	185.896
<b>Custo Amortizado</b>					
Clientes	6	21.157	21.157	23.272	23.272
<b>Valor Justo do Resultado Abrangente</b>					
Créditos de Carbono - RCEs	10	3.922	3.922	10.295	10.295
<b>Total dos ativos financeiros</b>		<b>191.623</b>	<b>191.623</b>	<b>219.482</b>	<b>219.482</b>

	NE	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>Custo Amortizado</b>					
Fornecedores	19	3.980	3.980	3.313	3.313
Contas a pagar vinculadas à concessão	21	828.695	828.695	874.187	874.187
<b>Total dos passivos financeiros</b>		<b>3.980</b>	<b>3.980</b>	<b>3.313</b>	<b>3.313</b>

Os ativos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação destes.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

### 34. Eventos Subsequentes

A administração declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do período que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

NESTOR  
BAPTISTA:0  
7214308991

Assinado de forma digital por NESTOR BAPTISTA:0721430899  
Dados: 2024.01.31 16:40:47 -03'00'

**Nestor Baptista**  
Diretor Presidente

gov.br

Documento assinado digitalmente  
CLEVERSON MORAES SILVEIRA  
Data: 31/01/2024 16:51:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Cleverson Moraes Silveira**  
Diretor Administrativo Financeiro

FERNANDO SOUZA  
RIBEIRO:236166529  
87

Assinado de forma digital por FERNANDO SOUZA RIBEIRO:23616652987  
Dados: 2024.01.31 17:11:16 -03'00'

**Fernando Souza Ribeiro**  
Contador CRC PR 024544/O-3